



Prefeitura de Joinville

ATA SEI

Ata CXC 190ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Joinville.

No dia oito de junho de dois mil e vinte e dois às dezoito horas e trinta e sete minutos, deu início a 190.ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Joinville no auditório da Mitra diocesana de Joinville. O presidente Wilson Freitas Junior fez a abertura da assembleia cumprimentando e agradecendo a todos os presentes e justificou a ausência do prefeito Sr. Adriano Silva convidado para a assembleia, mas não pode comparecer por conflito de agenda sendo representado pelo secretário municipal da saúde, Sr. Andrei. Ato contínuo passou a palavra para o 1.º Secretário da mesa diretora Sr. Romaldo, que iniciou a leitura da pauta do dia: 1 – Expediente: 1,1 apresentação e aprovação da pauta do dia – 5'; 1,2 comunicados e informes da secretaria executiva – 2'. O presidente Sr. Wilson solicitou inclusão de pauta dos ofícios 0013165375 e 0013167332/2022 – ses. Divisão administrativa e financeira, sms solicita errata referente ao ofício 8817358/2021 – 5'; e apresentação do parecer da cai sobre o segundo termo aditivo acordo de cooperação n.º 011/2020/pmj (6510599) e em seguida colocou em votação ficando aprovado por 22 votos favoráveis. Seguindo a pauta, o presidente colocou em votação a pauta do dia, ficando aprovado por 24 votos. Ato contínuo o Sr. Romaldo continuou a leitura da pauta com os Informes Gerais: 1. capacitação sobre “previne Brasil” dia 14/06/2022 às 18h30 no auditório da Univille, palestrante Simone de Souza, e Ordem do Dia: 2 - ordem do dia: 2,1 – fechamento dos leitos da unidade de internação geral do hospital municipal São José; O presidente Wilson usou a palavra para falar sobre alguns pontos a fim de uma reflexão. Iniciou dizendo que percebe que o conselho municipal não tem sido respeitado como deveria, que comparada a gestão anterior, o conselho municipal e os conselhos locais eram convidados para participar das entregas das unidades, de alguns eventos e que hoje não se vê mais isso, o prefeito passa nas unidades nas entregas das obras e o conselho municipal e local não é avisado, que as coisas vão acontecendo e vão sendo somadas. Disse que o conselho é participativo e que as coisas acontecem e só ficam sabendo depois, quando estouram as coisas, e aí o conselho não sabe como explicar para a comunidade porque não tem as informações necessárias. Falou também sobre a redução dos profissionais nas unidades, que o conselho entende o processo que está acontecendo mas que alguma ação precisa ser feita de imediato pois os profissionais estão cansados e aguentando até onde dá, que algumas coisas o conselho só fica sabendo quando sai na mídia. Também falou sobre o HMSJ, que bastantes coisas precisam ser melhoradas e que o conselho tem visto a morosidade como por exemplo a realização do exame de ressonância magnética desde dezembro de 2021 sem contrato, o aparelho de hemodinâmica sem funcionar há mais de dois meses, o aumento das internações, a escala dos neurologistas incompleta e que tudo vai somando e não conseguem entender. Disse ainda que o conselho sabe que o prefeito tem intenção em transformar o HMSJ em uma OS e aí ficam se perguntando se isso tudo é proposital ou se realmente o negócio está feio e somente uma OS para resolver. Falou ainda que por último, no dia vinte e seis saiu um documento de fechamento dos leitos de internação geral do HSJ e que dia 30 na assembleia geral do CMS não foi apresentado nada e dia 31 estourou mais uma bomba e o conselho não sabia o que falar para comunidade e que por esse motivo foi solicitado a assembleia extraordinária para ver o que está acontecendo e o que pode ser feito. Lembrou que o conselho não está só para apontar as coisas ruins, mas para andar junto com a secretaria. O presidente avisou que os questionamentos seriam de cinco em cinco, solicitou ordem respeito para o bom andamento da assembleia e passou a palavra para o secretário Andrei. O secretário Andrei cumprimentou a todos e iniciou dizendo que sobre as demandas apresentadas do CMS, podem conversar, marcar um horário e alinhar, disse que da parte do município não existe nenhuma resistência ou restrição em incluir o CMS nas decisões, nas conversas, nas entregas das obras, que é só uma questão de processo que precisa ser realinhado, que talvez em algum momento isso tenha-se perdido mas que não vê nenhum problema em sentar e conversar como sempre foi feito e que está a disposição, também lembrou que essa conversa nunca foi feita com ele, que neste momento é que ele estava tomando conhecimento das demandas, mas que, com certeza, será dada uma resolução pra

isso. O Secretário Andrei continuou a sua fala e sobre o HMSJ informou que em relação à redução dos números de leitos, isso não ocorreu, embora tenha vazado um documento falando sobre o fechamento de leitos e houve todo um mal-entendido sobre a situação, disse que teve o fechamento de leitos em uma determinada área mas estes leitos foram abertos em outros locais do hospital, que foi uma questão de otimização dos espaços para que o hospital conseguisse suportar toda demanda que vem recebendo. Lembrou também que o HMSJ atende toda uma região e que 70% dos atendimentos realizados no hospital são de pacientes de Joinville e 30% são de outros municípios, que se trata de uma situação que vem ocorrendo em todo estado de SC, que foi decretado estado de emergência em razão dessa situação complexa que a saúde está vivendo, que é uma soma de fatores como as doenças sazonais de inverno, a dengue que teve agravamento superior aos outros anos, as consequências da pandemia, que todas essas demandas batem na porta do hospital, assim como os demais hospitais que estão sobrecarregados também. Continuando o diretor Andrei citou que neste dia a comissão de Assuntos Externos do CMS fez uma visita ao HMSJ e constatou in loco a situação do hospital e que talvez seria interessante a comissão fazer algum relato do que foi visto e trazer a informação para os presentes, pois é diferente ele falar sobre o hospital, o pode parecer que esteja tentando defender e continuou dizendo que algumas adaptações foram feitas com a finalidade de proporcionar o melhor atendimento. Em continuação o secretário Andrei informou que estão sendo contratados 78 servidores para reforçar as equipes do hospital e com isso conseguir abrir mais leitos e absorver mais essa demanda e colocou-se a disposição junto com a equipe do HMSJ, para os questionamentos. O presidente Wilson abriu inscrição para os questionamentos e ficou determinado que fariam cinco questionamentos e na sequência a resposta do secretário Andrei. Foi passado a palavra para o coordenador da Comissão de Assuntos Externos, Sr. Manoel que relatou sobre a visita ao hospital municipal São José. Disse que estiveram no hospital São José naquele mesmo dia, disse que foram justamente na área que foi fechada e que realmente não haviam leitos disponíveis e que sobre a redistribuição dos leitos foi feito como o secretário Andrei explicou. Disse ainda que o sr. Junior informou dessa futura contratação de novos funcionários para que os leitos sejam reocupados e que sobre a redistribuição, foi passado para comissão como justificativa da falta de funcionários, que havendo novas contratações será reaberto a área que foi fechada, disse que esta área estava em manutenção para assim que ficar pronta, ser ocupada novamente. Sr Manoel também relatou que o segundo motivo da visita ao hospital foram os casos de pacientes nos corredores, disse que no momento da visita havia oito pacientes internados nos corredores e muitos na sala de observação e confirmou mais uma vez a fala do secretário Andrei. Iniciando os questionamentos o Sr Nilton do CLS Bom Retiro perguntou sobre a inauguração da unidade para o dia 30/06/22, se realmente aconteceria. O secretário Andrei respondeu que está previsto para Julho, que houve um atraso na obra mas que ao que tudo indica será inaugurado em Julho. Ato contínuo a conselheira Cléia iniciou a fala dizendo que se fala muito dos contratados, desse processo que está sendo feito, mas que foi visto que teve problema, que se teve ou não problema, se está parado como é que vai ser a situação dos leitos e pediu uma resposta resolutiva. Continuando a conselheira Cléia, disse que seu esposo ficou internado por motivo de cirurgia e relatou que o setor de pós-operatório estava cheio, que é um setor onde os familiares não podem permanecer e que com certeza a Comissão de Assuntos Externos não foi. Questionou se um dos locais que foram remanejados os leitos seriam este do pré e pós-cirurgia? Também perguntou se quando foi solicitado para o conselho no dia 30 redução dos leitos de UTI, se foi em virtude disso também. O secretário Andrei usou a palavra e iniciou explicando sobre o processo seletivo que houve um erro de digitação de idade do candidato no processo seletivo e a comissão que faz a análise das inscrições, indeferiu a mesma e que o candidato recorreu alegando erro de digitação sendo deferida a inscrição. Que os esclarecimentos necessários já foram prestados pela prefeitura e órgãos competentes, que o processo seletivo prossegue e lembrou que o número de servidores que trabalham hoje no HMSJ é maior que antes da pandemia, que teve um aumento de 150 vínculos que antes não existiam, que foi uma situação pontual que aconteceu. Sobre os remanejamentos, explicou que ocorreu no setor de internação e que não prejudica o andamento do hospital. Por último, falou sobre a habilitação dos leitos de UTI, que se trata de uma questão burocrática e normativa, mas que o problema hoje não são leitos de UTI e sim de internação. O Sr. Romaldo complementou com a informação que existe o pré e pós-operatório, que não foi feito o plano de contingência na recuperação, mas se o paciente estiver no mapa e tiver vaga na recuperação e esse paciente estiver no pronto-socorro e precisar de um leito na recuperação, devido já estar no mapa cirúrgico, ele sobe sim. Na sequência foi passado para a Dr^a Carla, que iniciou dizendo ter a impressão de trabalhar em outro hospital São José, não o que foi apresentado ali, nem pela visita da CAE, disse que passa diariamente no hospital, que a unidade de AVC com cinco leitos, atende em média 11 pacientes, que neste dia ela havia passado em doze pacientes, que na unidade de AVC com 21 leitos, se tem de forma recorrente sempre três pacientes a mais, então onde seria enfermaria com seis, teriam o sétimo leito, sendo uma maca, que durante a semana teve um paciente que caiu da maca e fraturou o tornozelo e que o único problema do hospital seria a parte de gestão em relação a custo efetividade.

Continuou a dizer que tempo de internação é o que eleva custo e que o tempo de internação dobrou nos últimos meses, assim como as complicações de mobilidade, pneumonia, infecção urinária; que estão com pacientes internados aguardando realização de exames, esperando angioplastia carotídea; disse que dois pacientes que estavam lá, acabaram pegando covid o que acrescenta dez dias de internação, que a pandemia não acabou. Disse que não estava ali para ser uma pessoa do contra, mas que existem problemas crônicos, que estão com problemas na hemodinâmica, com uma lista de pacientes que perderam a oportunidade de tratamento por trombectomia e todos os desfechos deles, que na semana anterior uma paciente de 64 anos veio a óbito por não ter acesso a trombectomia, disse que levou para direção do hospital e que a mesma tem a pachorra de dizer que não sabia que estava acontecendo isso. Disse que na sexta-feira anterior enviou e-mail para direção solicitando emergência para três pacientes para procedimento de carótidas, que não aguardassem ir até Mafra, que fizessem no hospital da Unimed onde possui um convênio, e que até aquele momento não fizeram. Disse que esta é a realidade, que reduziram os leitos e colocaram em enfermarias mais do que o número permitido, que se a vigilância sanitária for lá vai interditar o hospital e concluiu que quando recebemos visita em casa, limpamos a casa e que fizeram uma boa limpeza nos corredores naquele dia. O diretor Andrei respondeu que algumas questões não estavam na pauta, mas que em momento algum se nega que o hospital está a passar por uma etapa de superlotação, sendo uma situação que se verifica em vários hospitais do estado, que a sua equipe está diuturnamente trabalhando para resolver esse tipo de situação. Com relação à hemodinâmica que foi citado o secretário Andrei informou que houve um problema no funcionamento desse equipamento e a necessidade de substituição de uma peça, disse que o valor da peça é muito elevado e ultrapassa o saldo do contrato de manutenção que cobre reposição de peça, disse que o hospital tem contrato de manutenção dos seus equipamentos, disse que a peça será substituída e que o processo de compra já foi iniciado, já está na SAP-Secretaria de Administração e Planejamento e que muito em breve terá o desfecho, pelo menos, em 30 ou 60 dias terá o equipamento consertado; enquanto isso tem se procurado alternativas inclusive com os hospitais particulares para fazerem os atendimentos desses pacientes, disse ainda que o hospital São José atende mais pacientes da região que o hospital Regional e que para isso o HMSJ não recebe nenhum acréscimo do governo do estado, que o recurso da política hospitalar catarinense até o momento não foi repassado, sendo quase 11 milhões que resolveriam muitos problemas do hospital, disse ainda que existem questões na gestão que podem ser melhoradas, que está há uma semana no cargo e que está trabalhando bastante para ter bons resultados. Na sequência foi dada oportunidade ao sr. Osmar que falou sobre a secretaria nunca ter respeitado o conselho, que as coisas vêm tudo em cima da hora, que a gestão do município é tardia, primeiro espera cair a casa para depois contratar a equipe para levantar novamente, disse que precisam aprender a administrar, que se não sabem, contratem uma equipe pra ensinar; questionou que primeiro vai para o noticiário para depois chegar pro conselho, que se tinha que fazer o serviço no hospital, porque já não informaram o conselho do que aconteceria? Disse que isso é coisa de gestão e exemplificou que quando vai fazer um serviço em casa, precisa avisar. Que precisam respeitar o conselho e, por fim, sugeriu uma moção de repúdio ao prefeito pela ausência do mesmo por ser convidado e não comparecido. Passado ao secretário o mesmo disse que não tinha o que responder, que se tratava de uma opinião que foi veiculada e completou dizendo que o município a partir do momento que verificou essa situação de demanda prontamente tomou as providências necessárias pra resolver o problema e que uma delas é a contratação de servidores, mas que o tempo da administração pública difere por conta dos prazos legais que precisam ser observados. Disse ainda que o cenário da saúde pós-pandemia é complexo e imprevisível tanto que existem problemas semelhantes em todas as unidades hospitalares do estado, inclusive na rede privada e fez a pergunta se falta gestão em todos os lugares ou é o cenário que é muito desafiador diante de uma realidade de financiamento que não se tem como bancar? Também fez uma reflexão dizendo que o conselho precisa cobrar não só do município, mas do estado e união. Ato contínuo a conselheira Tatiane perguntou sobre a contratação de médicos e profissionais da saúde, disse que ouve reclamação que está faltando profissionais, mas quando surgem os profissionais e é feito o encaminhamento, inclusive os voluntários que foram sugeridos por ela, disse que não tem visto pró atividade em relação a isso, perguntou o porquê de o cadastro não estar aberto no site da prefeitura para os profissionais, uma vez que estão precisando, fez um segundo questionamento sobre o conselho ter que ficar buscando as informações e fez um pedido de parceria com a prefeitura para fazer um trabalho melhor. O secretário Andrei respondeu que referente a contratação de profissionais para as unidades básicas foram contratados 83 médicos de estratégia de saúde da família e que ainda restam profissionais do concurso público para serem chamados por isso para médico de saúde da família não tem como chamar de outro lugar, pois, agora tem o concurso vigente. Pra enfermeiro e técnico de enfermagem tem o processo seletivo com milhares de inscritos e de acordo com a classificação serão chamados os profissionais, as contratações estão sendo feitas conforme a capacidade operacional, também completou dizendo que a secretaria está aberta para criar processo, criar um fluxo para que as informações cheguem ao conselho municipal de saúde, que não há nada que queira ser escondido do

conselho, a secretaria é a maior interessada que o conselho conheça a realidade, os problemas que se tem na rede, colocou-se a disposição e prometeu melhorar a comunicação com o conselho municipal de saúde. Vencendo os cinco questionamentos o presidente da mesa abriu para mais cinco pessoas fazerem seus questionamentos: A conselheira Cléia fez uso novamente da palavra e falou que realmente na semana anterior ela esteve no hospital e que haviam algumas pessoas familiares de pacientes fazendo motim para chamar o ministério público devido à superlotação da área do pronto atendimento, continuou dizendo que quando se fala em hospital São José, não pode se furtar de três situações, primeiro sobre a reunião com os conselhos locais de saúde que aconteceu sobre o encerramento dos contratos de funcionários, no qual os conselhos se ativeram na lei 3556 no artigo segundo no inciso sétimo, onde eles pedem dentro da sua competência, que o conselho municipal de saúde aprove uma resolução solicitando concurso público em caráter de urgência para área da saúde e que seja contemplado todas as áreas dos profissionais de saúde e citou a lista de presença assinada pelos conselhos locais que estiveram presentes na ocasião, na sequência sugeriu colocar em votação pra que este documento se torne uma resolução através do conselho municipal, outra proposta seguiu ela, segundo o que o secretário falou sobre o ministério da saúde, propôs que fosse chamado o superintendente para uma reunião do conselho municipal, para que possam esclarecer as demandas do município de Joinville frente ao ministério da saúde, já que enquanto conselheiros não podem ir ate Brasília, mas ele pode vir se o conselho aprovar, sobre a última proposta a conselheira Cléia falou sobre a pactuação que o hospital São José possui com outros municípios, disse que fez uma proposta na comissão de saúde para que o secretário entrasse em contato com todos os outros secretários e fizessem um documento solicitando ao estado que assumam a responsabilidade do HSJ, com anuência de todos os secretários que tem pactuado no atendimento com o Hospital São José. O secretário Andrei tornou a falar, e respondeu sobre a questão da estadualização do HSJ já é um pleito antigo do município e que, já foi entregue documento para o estado em diversas situações, que agora o município vai fazer novamente este encaminhamento pra todos os pré-candidatos do governo do estado de SC e buscar este compromisso, pois, o custo da alta e média complexidade no município acaba inviabilizando investimentos na atenção primária. Na sequência a Dr^a Carla voltou a falar e disse que gostaria de deixar bem claro que ela trabalha com o AVC e que ela entende do AVC dentro do hospital, que o número de pacientes com avc, não aumentou, que estão com o mesmo número mensal de internações, o que aumentou foi o tempo de internação e que o mesmo está diretamente relacionado a demora para realização de exames e procedimentos, que quando não está atrasado o ecocardiograma, esta atrasado o de carótidas, ou não funciona a hemodinâmica, ou a tomografia não está funcionando, então isso é o problema do hospital e falou ao secretário que isso é gestão, que ele esta entrando agora, que tem muita ferramenta, muitos dados que são subutilizados, mas que vem como médica dizer que os resultados dos tratamentos dentro do hospital estão piores, que antes recebia mais ou menos 15% dos pacientes com ameaça de AVC e no último mês recebeu 5%, os outros 10% estão na rede, não estão chegando até eles, que muitos pacientes vão para o PA, chegam lá e ficam esperando horas e quando chegam no hospital já perderam o tempo de tratamento, disse que é difícil implantar os protocolos, que a equipe esta sobre carregada, um setor que é pra cinco leitos, tem onze, doze pacientes, que semana passada tinham 16, não é salubre para trabalhar e os pacientes realmente não estão na enfermaria, eles estão alocados em quartos de enfermaria como extra em macas, não estão em camas, disse ainda que quando soube que poderiam colocar pacientes extras há um ano, solicitou que pacientes neurológicos não fossem colocados em macas, pois, possuem deficiência motora ou alteração de comportamento e não podem ficar num leito que não tenha grade, disse que o índice de quedas aumentou, o índice de pneumonia aumentou o índice de infecção urinária aumentou e que no mês de abril, 28% dos pacientes, foram acamados embora. O secretário Andrei em reposta disse que realmente se tem muito a trabalhar e muito a melhorar e a repensar os fluxos e os processos do hospital, que tem algumas premissas que tem que ser lembradas, que o município trabalha com orçamentos e que não é possível fazer um contrato que contemple todas as possíveis peças e possíveis reparos, e com relação aos pacientes, quanto ao aumento de demanda de pacientes disse que não é relacionado ao avc, que os aumentos são decorrentes ainda dos casos de covid, das doenças sazonais de inverno e os casos de dengue grave, que agrava os problemas que o hospital já tem e que será necessário trabalhar bastante para resolver. Na sequência a Sr.^a Maria Carolina enfermeira da rede fez uso da palavra e mencionou que já trabalhou no HSJ e tem um carinho muito grande pelo hospital São José, disse que em 2016 trabalhou na regulação do hospital e com uma equipe excelente, que se trata de gestão de leito, que quando estava na época, conseguiram zerar os pacientes dos corredores, cobrando agilidade dos médicos, exames que deveriam ser feitos, verificar os problemas relacionados aos exames, que esta gestão funciona, que outro processo de trabalho era cobrar as referências do hospital São José, que isso precisa funcionar e disse causar estranheza ter 150 servidores a mais dentro do São José e faltam leitos, que essa conta não está batendo no seu ponto de vista, também mencionou que 60% do quadro de profissionais hoje do São José são contratos e perguntou sobre o concurso público para técnicos de enfermagem e enfermagem, que o último foi

em 2014, disse que quando se fala em funcionário contratado se perde qualidade na assistência, se perde segurança, se perde vínculo, que o hospital precisa de servidores que saibam o que estão executando, que precisa ter segurança, se não começa cair de maca aumentando o custo para o hospital, também falou que não é novidade que estão querendo colocar OS para administrar o hospital São José, que está sendo pago uma empresa para avaliar se é viável colocar OS, no HSJ. O secretário Andrei pediu para falar e respondeu sobre a questão das referências que é fundamental esse respeito, que é uma questão histórica, que o hospital regional é referência pra algumas especialidades, como urologia, ginecologia cirúrgica e que se tem bastantes dificuldades nesse sentido de fazer valer essas referências, que desde 2015 o município busca rever os instrumentos de contratualização com o hospital regional que faz parte da política hospitalar e que não é respeitada em Jonville, que neste momento estão negociando os instrumentos de contratualização e vão estabelecer metas para o hospital regional para prestar o seu serviço de acordo as referências das quais ele é responsável. Na sequência o sr. Osmar Vicente fez uso da palavra e parabenizou a Dr^a Carla que com muita propriedade falou e que seria bom se tivessem outros médicos de outros setores ali, disse que como representante da comunidade tem sido procurado por familiares de pacientes que são transferidos para outras cidades e questionou sobre convênio com a Unimed e outros hospitais, quais os valores gastos com estes hospitais, e pediu mais transparência em relação ao concurso público em relação a prazos para levar para comunidade a informação de quando os profissionais estarão trabalhando. O secretário Andrei explicou que com relação às transferências de pacientes para outros municípios se tem por política do SUS que os leitos hospitalares são regionalizados, que quem faz a gestão do encaminhamento dos pacientes para os leitos, que é chamado de regulação de internação hospitalar, é o estado de SC, não o município, que o estado tem o painel com a disponibilidade de leitos de todos os hospitais, sejam SUS ou privados conveniados, como exemplo o hospital Bethesda que absorve uma grande demanda SUS e sugeriu que o questionamento seja endereçado ao estado. Com relação aos concursos públicos e processos seletivos, tem as informações disponíveis no site da prefeitura, mas se necessário, podem trazer essas informações para o conselho também. Em seguida, com a palavra a sr^a Adelina, que mencionou que, em relação ao concurso estava de acordo com a resolução, falou da importância dos servidores concursado, e questionou sobre o retorno dos horários das unidades básicas de saúde para até as 19:00h e explicou que está tendo congestionamento nas unidades que estão atendendo até as 19:00h e perguntou também quando retornarão os profissionais que foram remanejados, pois, tem gerado stress, cansaço e sobrecarga para aqueles que ficaram reduzidos, também falou que os representantes da população precisam buscar pelo aumento da tabela SUS para aumentar os recursos para a saúde pública. O Secretário Andrei respondeu que o município tem feito esse trabalho com os parlamentares e sempre traz esta pauta, com relação ao remanejamento dos profissionais, disse que foi necessário para reorganização das equipes de estratégia de saúde da família, que existe uma comissão do conselho municipal que foi criada para acompanhar este remanejamento, que o remanejamento foi para completar as equipes que estavam incompletas e que realmente teve a redução em algumas unidades. O conselheiro Antônio fez uso da palavra e falou sobre as mudanças que ocorrem nas unidades e que o CLS e CMS não são comunicados, que precisam sentar e conversar, falou também sobre a OS para o São José, que escuta na mídia, mas que não veio para discussão com o conselho esse assunto da OS para o São José e disse que precisa ser feito um debate com o conselho e disse ainda que parece que estão sucateando o São José para levar o mesmo a uma OS. O secretário Andrei esclareceu que o que foi encaminhado até o momento para fins de OS, foi a contratação de um estudo de viabilidade a ser realizado por uma instituição idônea, e a partir do resultado desse estudo, terão dados para iniciar uma discussão a respeito desse tema. A conselheira Cléia questionou o porque não passou pelo conselho o contrato dessa instituição. O secretário Andrei respondeu que somente passa pelo conselho os convênios conforme a lei. Na sequência a Sr Jane fez sua fala dizendo que a saúde pública em Joinville hoje está um caos, tanto para os usuários quanto para os trabalhadores do serviço público, citou a fala da Dr^a Carla e da conselheira Cléia, e continuou dizendo que os fatos não são o que foram relatados ali, que quanto representante do sindicato (SINSEJ) entendem que o melhor encaminhamento seria o concurso público. Continuando com os questionamentos, a sr.^a Elizete questionou o secretário Andrei se estamos fazendo o nosso dever de casa, será que não conseguimos mais verbas federais e estaduais por não estarem fazendo o dever de casa? Seguiu dizendo que na sua casa tem um hipertenso e a mais de um ano não passam agentes comunitários e que se não tiver uma atenção para isso, vai acarretar nos postos de saúde, PA e hospital, que é preciso ter pesquisas para poder embasar o argumento par buscar recursos para a saúde, continuou dizendo que hoje os agentes comunitários estão dentro dos postos de saúde servindo como secretários e atendentes. O secretário Andrei lembrou que o financiamento do SUS e decorre pra média e alta complexidade da série histórica de produção e pra atenção primária é per capta e seguiu dizendo que concorda que é preciso fortalecer atenção primária e que com tanto investimento na média e alta complexidade fica difícil aumentar o número de servidores nas unidades básicas de saúde. O sr. Orandi falou na sequência, informando que faz parte da CAE e que foi junto na visita ao hospital, que a

mesma foi gravada e que foi dito durante a visita que o que mais funcionava o hospital São José é a unidade do AVC, disse que precisava relatar isso. Na sequência a sr.^a Liliane fez uso da palavra, disse que trabalha na regulação do hospital e que realmente é um desmonte no hospital São José, disse que conhece o hospital inteiro e que resolver os problemas não é possível, pois, não tem ressonância, endoscopia que quebra, colonoscopia que não tem aparelho e disse que é preciso colocar na mesa os problemas, que estavam ali, que a Dr.^a Carla falou duas vezes e que a resposta não havia sido dada. Perguntou quando será melhorado a assistência, onde estão os gestores que põem na mesa os problemas, que é só conversar com eles (os funcionários) que sabem dos problemas, perguntou também sobre o concurso público, que não havia sido respondido ainda, disse que as respostas estavam sendo norteadas, desviadas, mas não estavam sendo ditas e reforçou para colocarem os problemas na mesa e discutirem, ver onde estão os gargalos e resolver os problemas. Seguindo, foi passado para a sr.^a Angelina que iniciou dizendo que está há 20 anos no conselho e é sempre as mesmas conversas, disse que por mais que tentem, não conseguem respostas, disse que Joinville cresceu muito e o hospital não cresceu, que precisa aumentar a capacidade hospitalar, que se for pra ficar escutando as mesmas coisas, melhor ficar em casa e não perder tempo, que não se resolve nada nunca, que está a 20 anos na saúde e sempre as mesmas coisas. Em continuação, foi passado a palavra para o vereador Cassiano que falou sobre as dificuldades que a saúde vem enfrentando, disse que na semana anterior chegou até ele a informação do fechamento de uma ala com 25 leitos e com um remanejamento que não fora explicado, disse que solicitaram a presença do secretário na câmara e o mesmo explicou que, na verdade os leitos foram remanejados, disse ainda que estiveram in loco no hospital e viram que existiam várias macas nos corredores e que o grande problema é a falta de contratação de profissionais, que não tem como exigir mais dos que lá estão e disse que no dia seguinte a comissão de saúde da câmara iria novamente in loco verificar e observar os problemas para discutir e tentar resolver os mesmos. O secretário Andrei disse que todos os esclarecimentos já haviam sido feitos e reforçou que estão contratando sim profissionais, que é um processo burocrático, mas que irão ter o acréscimo de equipe para enfrentar os problemas no hospital. O presidente Vilson voltou com a palavra e fez os seguintes encaminhamentos e propostas: resolução para o concurso público, convite de um representante do estado e do ministério da saúde para estar na assembleia do conselho municipal e reunião com os representantes dos municípios que possuem pactuação com o Hospital São José. O presidente colocou em votação a resolução em caráter de urgência para o concurso público que ficou aprovada por unanimidade. Ato contínuo colocou em votação a proposta para convidar os representantes do estado e ministério da saúde sendo aprovado por unanimidade. Na sequência o presidente Vilson colocou em votação a proposta de reunião com os representantes dos municípios que possuem pactuação com o Hospital São José. A conselheira Cléia interferiu dizendo que estava sugerindo que a secretaria da saúde através da reunião da CIR ou que venha um representante da CIR, que faça um documento solicitando apoio dos municípios que tem pactuação com o Hospital São José na cobrança de que o estado faça... e solicitou que completassem... O secretário Andrei contribuiu dizendo que hoje o sr. Rogério, secretário de Garuva que é o coordenador da CIR e sugeriu que o conselho mandasse ofício para o sr Rogério solicitando pauta na próxima reunião da CIR expondo a questão e colocando para deliberação e se os demais membros da CIR concordarem será feito documento pela CIR encaminhado a secretaria de estado de saúde. A conselheira Cléia completou dizendo que de preferência na reunião da CIR seja chamado integrantes do conselho ou o presidente leve em mãos a justificativa deste documento. O presidente Vilson colocou em votação a proposta ficando aprovado por unanimidade. Ato contínuo o presidente colocou em votação a nota de repúdio pelo não comparecimento do prefeito na assembleia, tendo em vista que fora convidado antecipadamente, sugerida pelo conselheiro Osmar, ficando aprovada pela maioria dos conselheiros, com duas reprovações (sr.^a Susana e sr.^a Mariana). Na sequência colocou em votação a nota de repúdio referente a demora do conserto da máquina de angiógrafo, ficando aprovado por unanimidade. Seguindo, o presidente sugeriu uma resolução solicitando com o máximo de urgência a reativação da máquina de angiógrafo, ficando aprovado por unanimidade. Por último colocou em votação a resolução sobre a OS que deve vir para o conselho municipal e ser debatido antes de ser aprovado em qualquer âmbito, sendo aprovado pela maioria dos conselheiros com um voto de reprovação da sr.^a Susana. A dr.^a Carla solicitou a palavra e falou sobre a ressonância que não tem mais, que estão usando desde 12/2021 as cotas ambulatoriais, que isso significa que os pacientes ambulatoriais estão ficando sem fazer as ressonâncias e solicitou que se tenha o aparelho de ressonância dentro do hospital. O secretário Andrei falou que hoje a ressonância na rede é por sistema randômico e que não existe fila, que a secretaria absorve os pacientes do hospital. A dr.^a Carla completou que só o prestador São Marcos aceita paciente internado e que existe uma demora muito grande na realização dos exames de ressonância e questionou o porque deixam o contrato vencer. O presidente Vilson informou que seria feito uma solicitação para secretaria da saúde referente essa demanda da ressonância. Na sequência foi passado a palavra para o sr Romaldo que fez a continuação a leitura da ordem do dia: 2.2 – Apresentação dos ofícios 0013165375 e 0013167332/2022 – SES.divisão

administrativa e financeira, sms solicita errata referente ao ofício 8817358/2021 – 5’; e apresentação do parecer da cai sobre o segundo termo aditivo acordo de cooperação nº 011/2020/pmj (6510599). O sr. Romaldo fez a explicação sobre o contrato de residência médica onde prevê que o residente faça regime de 60h/semanais e um total de 280h/mês em diversas especialidades. Disse que houve uma errata no momento de solicitação ao conselho Municipal, que foi solicitado como 2º termo aditivo, mas que na solicitação do termo aditivo deveria ser solicitado como 1º termo aditivo. A conselheira Cléia fez uso da palavra e complementou dizendo que tem sido aprovado um documento as pressas no pleno do conselho, e que os conselheiros aprovam, e que aconteceu no primeiro momento a solicitação de firmação do termo de cooperação técnica, no segundo momento, era pra ter sido colocado como 1º termo aditivo do referido acordo, o que não aconteceu, foi aprovado novamente o termo de cooperação técnica, e que conforme encaminhado para comissão a mesma quando fez a análise, verificou que não tinha como aprovar o segundo termo aditivo se o conselho nunca aprovou o primeiro termo aditivo, porque da forma como veio da SMS para o conselho municipal, veio equivocado. Disse que foi chamada a procuradoria do município e perguntado como a comissão deveria fazer se não existia o primeiro termo aditivo e a sugestão foi que solicitassem essa pauta e apresentassem ao conselho e solicitou cuidado dos conselheiros com as aprovações. O presidente Vilson fez a proposta da errata de onde se lê: “Por meio do presente ofício requisitamos de vossa senhoria aprovação para o fundo municipal de saúde firmando o termo de cooperação técnica com o hospital Municipal São José”, leia-se: “Por meio do presente ofício requisitamos de vossa senhoria, aprovação do primeiro termo aditivo ao acordo de cooperação nº 011/2020/PMJ(6510599) que celebra o município de Joinville por intermédio do fundo municipal de saúde de Joinville e o Hospital Municipal São José, prorrogando sua vigência por mais 12 meses“ e colocou em votação a errata, ficando aprovado por unanimidade. Ato contínuo a conselheira Susana fez a apresentação do parecer informando a portaria 285 que é a portaria intermunicipal de define o programa de certificação dos hospitais de ensino, que o hospital fez um ofício em 2017 solicitando novamente pra ser hospital ensino por ter perdido a certificação em 2012, mencionou também a portaria 288 publicada em outubro de 2021 que designa os membros da comissão de acompanhamento e controle dos convênios e que a CAI questionou o motivo desta comissão nunca ter se reunido e a resposta foi que não teve convocações ou reuniões da CAC para tal assunto e informou que a comissão encaminhara o parecer para os conselheiros lerem na íntegra. Sobre a nota da CAI informou que o hospital Municipal São José fornece uma declaração e não um certificado com finalidade curricular e citou o artigo 2. item 2.10, sobre o termo aditivo, explicou que é utilizado para ratificar, prorrogar prazos e não altera objetos e outros. Concluindo informou que os membros da CAI manifestam-se favoráveis ao segundo termo aditivo de cooperação 11/2020, recomendando que no decreto de nomeação dos membros da CAC sejam identificados quem deve convocar as reuniões para que seja cumprida a cláusula 5ª do acordo em questão na íntegra. O presidente assumiu a palavra e agradeceu a comissão pelo trabalho e colocou em votação o 2º termo aditivo de acordo e cooperação nº 011/2020 da prefeitura Municipal de Joinville nº 6510599, ficando aprovado pela maioria dos conselheiros, com a abstenção do conselheiro Osmar. Vencida a pauta, o presidente Vilson agradeceu a todos pela presença e deu por encerrada a assembleia 190ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Joinville às 20:36. Eu Suemar Ribeiro, lavrei a presente ata que vai assinada pelos conselheiros presentes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI: Mariane Selhorst Barbosa, Romaldo Backes, Kristiane de Castro Dias Duque, Fábio André Correa Magrini, Silvia Natalia Torrecija Rodrigues, Beatriz Granza de Mello, Osmarina Borgmann, Marilei Ferreira, Luciane Beatriz Moreira de Camargo, Douglas Calheiros Machado, Jaqueline Schreiner Terra, Luciano Henrique Pinto, Alexandra Marlene Hansen, Alzira Martins, Martha Maria V. S. Abreu Artilheiro, Claudio Henrique do Amaral, Alvaro Ricardo Contreras Montero, Valentina Maria da Silva, Vilson Freitas Junior, Cléia Aparecia Clemente Giosole, Odirlei Grabner, Orandí Garcia Bueno, Osmar Lopes, Edviges Fusinato Ferreira, Susana Staats, Tatiane Steil de A Abdol, Antônio Coelho, Manoel Costa da Rosa, Maridete de Fátima Pinheiro Soares da Silva e José Rodrigues dos Santos Filho. Totalizando trinta conselheiros Municipais, de trinta entidades.



Documento assinado eletronicamente por **Vilson Freitas Junior, Usuário Externo**, em 04/08/2022, às 16:07, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Costa da Rosa, Usuário Externo**, em 04/08/2022, às 17:48, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Susana Staats, Usuário Externo**, em 06/08/2022, às 21:47, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Edviges Fusinato Ferreira, Usuário Externo**, em 08/08/2022, às 06:46, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Kristiane de Castro Dias Duque, Usuário Externo**, em 08/08/2022, às 08:22, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Marlene Hansen, Usuário Externo**, em 09/08/2022, às 11:20, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Schreiner Terra de Oliveira, Usuário Externo**, em 09/08/2022, às 17:30, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Cleia Aparecida Clemente Giosole, Usuário Externo**, em 17/08/2022, às 10:01, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Osmar Lopes, Usuário Externo**, em 17/08/2022, às 12:08, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Andre Correia Magrini, Usuário Externo**, em 17/08/2022, às 19:11, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **José Rodrigues dos Santos Filho, Usuário Externo**, em 25/08/2022, às 14:36, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Granza de Mello, Usuário Externo**, em 31/08/2022, às 13:36, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Henrique do Amaral, Usuário Externo**, em 12/09/2022, às 19:35, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Osmarina Borgmann, Usuário Externo**, em 14/09/2022, às 17:34, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Marilei Ferreira Maia, Usuário Externo**, em 19/09/2022, às 10:38, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Orandi Garcia Bueno, Usuário Externo**, em 19/09/2022, às 12:07, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Martha M Vieira de Salles Abreu Artilheiro, Usuário Externo**, em 19/09/2022, às 13:15, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Renato de Figueiredo Santos, Gerente**, em 19/09/2022, às 14:34, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Steil de A Abdou, Usuário Externo**, em 19/09/2022, às 14:39, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Maridete de Fatima Pinheiro Soares da Silva, Usuário Externo**, em 19/09/2022, às 18:19, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Odirlei Grabner, Usuário Externo**, em 20/09/2022, às 07:51, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Henrique Pinto, Usuário Externo**, em 20/09/2022, às 14:06, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Romaldo Backes, Coordenador (a)**, em 28/09/2022, às 10:19, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Luciane Beatriz Moreira de Camargo, Usuário Externo**, em 29/09/2022, às 09:09, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0013664711** e o código CRC **333AD4C0**.

Rua Doutor João Colin, 2719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

20.0.074756-0

0013664711v4

0013664711v4